

Onomine

Sobrevivendo na UTI

O secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente, tem prazo até o final do mês para juntar as peças de um quebra-cabeças que, quando montado, retratará de maneira dramática a crise financeira do setor público: o orçamento da União para 1992. Os técnicos da Secretaria de Planejamento vêm sofrendo imensas pressões no sentido de permitir gastos maiores, mas Parente ainda consegue reagir a tudo com bom humor. Ele acha que hoje é muito fácil definir prioridades; afinal, quase não há dinheiro para se gastar. A prioridade, nesse caso, diz ele, é pagar água, luz, telefone, essas coisas que permitem a uma repartição pública manter as portas abertas.

São brutais os cortes necessários. Em alguns casos, eles chegam a 75% sobre os valores que estão sendo gastos neste ano. As despesas com pessoal, por exemplo, que em 1989 representavam 6,43% do PIB, no próximo ano não passarão de 3,7%. As despesas de custeio, destinadas a manter funcionando a máquina burocrática, serão reduzidas de 3,1% do PIB neste ano para 2,2% no próximo.

Esses cortes serão feitos sem que haja uma correspondente redução do número de servidores empregados ou do tamanho da máquina. Isso quer dizer que o governo vai gastar menos para pagar o mesmo número de funcionários e para sustentar o mesmo aparelho burocrático. Para o funcionalismo, o resultado é a redução do salário real; para a máquina burocrática em geral, a degradação. "Estamos assistindo à depreciação das estradas, das escolas e dos hospitais por falta de recursos", resume Parente.

Não havendo dinheiro sequer para manter razoavelmente aquilo que existe, é ilusório imaginar a expansão ou melhoria dos serviços. Os investimentos representarão apenas 0,7% do PIB, contra 1,6% neste ano. Para se ter uma idéia do que isso representa, basta ver o que acontece com o saneamento básico.

O Ministério da Ação Social estima que o País precisa investir Cr\$ 500 bilhões (a preços de abril) em saneamento no próximo ano, mas só serão liberados Cr\$ 5 bilhões, ou 1% do necessário.

Essa situação resulta do fato de que, do total que arrecada, o governo federal só pode decidir sobre o destino de 10%. O restante constitui as chamadas receitas vinculadas (com destinação previamente definida pela legislação) ou se destina à folha de salários, à rolagem da dívida e às transferências para os Estados e municípios.

Mesmo com essas transferências, os Estados devem hoje ao governo central cerca de US\$ 60 bilhões. Há Estados que estão inadimplentes com a Caixa Econômica Federal há dez anos. Outros não recolhem o FGTS há 20. Num caso extremo, um Estado nordestino tem uma dívida que representa 60 meses de sua receita total. Embora neste ano o déficit dos Estados e dos municípios devam representar 0,21% do PIB (para um déficit de todo o setor público estimado em 2,5% do PIB), sua crise financeira, revelada por sua dívida com a União, exige uma solução tão difícil quanto aquela necessária para o equilíbrio das contas do governo federal: uma profunda reforma estrutural, inclusive com a mudança urgente de dispositivos constitucionais.

O secretário de Planejamento, depois de esboçar esse quadro catastrófico, não perde o bom humor: "O governo vai arrecadar para sobreviver na UTI", comenta ele.

Já o presidente Collor, em vez de se utilizar desses números assustadores para chamar à responsabilidade o Congresso que, só ele, tem poderes para tirar o governo da UTI, prefere dizer que "impatriótico" não é quem contribui para que a situação seja essa, mas o empresário Mário Amato, que ousou comentar os seus efeitos sobre a saúde financeira do setor privado da economia.

É uma opinião, pelos menos, discutível.